

## A centralização de capitais na economia paulista durante a década de 80

Alexandre Comin

*Professor da FEA/PUC/SP, Pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) e Doutorando do IE/Unicamp.*

O objetivo deste texto é estudar o processo de centralização de capitais ocorrido na economia de São Paulo a partir do estudo de uma amostra de empresas industriais sediadas no estado na década passada. Essencialmente, este estudo irá focar as mudanças de controle de empresas por parte dos grupos econômicos sob diversos aspectos. A próxima seção apresenta os principais conceitos aqui empregados bem como esclarece os principais aspectos da base empírica utilizada. A segunda seção empreende uma análise geral das mudanças de controle observadas entre 1980 e 1989, destacando os tipos de capitais (nacionais versus estrangeiros etc.) envolvidos. A terceira seção procura mensurar o peso econômico destas transações, em termos de patrimônio líquido, no conjunto da amostra. A seção seguinte traça um perfil setorial da centralização, evidenciando ao mesmo tempo a pervasividade do processo e sua concentração em alguns setores mais importantes. A quinta seção se detém no estudo individual dos principais grupos envolvidos na centralização de capitais, mostrando a funcionalidade das aquisições de empresas para as estratégias de diversificação setorial de alguns grupos nacionais e estrangeiros. A sexta seção sintetiza os principais resultados apresentados concluindo que a centralização de capitais foi bastante intensa na década e intensificou o processo de concentração econômica observado por nós e outros autores. Segue-se uma bibliografia básica sobre o tema.

### Metodologia e conceitos utilizados

Desde meados da década de 80 o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), vem realizando extenso programa de pesquisas sobre a estrutura da indústria brasileira do ponto de vista de seus principais indicadores contábeis-financeiros e das relações de propriedade do capital. Adicionalmente, o autor teve a oportunidade de aprofundar seus estudos sobre o tema de uma perspectiva teórica em sua estadia como técnico no

Instituto de Economia do Setor Público da Fundação para o Desenvolvimento Administrativo (IESP/Fundap). Este trabalho procura trazer para a discussão resultados de pesquisa que revelam a importância de uma das dimensões financeiras do capitalismo brasileiro que raramente é objeto de estudo sistemático: a forte centralização de capitais ocorrida nos anos 80.

O objetivo desta introdução metodológica é apresentar sumariamente a base empírica que lastreia este estudo, e discutir, também de forma sucinta, os principais conceitos teóricos que são necessários a um estudo da centralização do capital.

Uma apresentação rigorosa da pesquisa realizada aparece nos relatórios que foram sendo confeccionados nos últimos anos (CEBRAP 1988 e 1992). Versões simplificadas dos resultados vieram a público<sup>1</sup> e constituem as principais referências a este artigo. Aqui, devido a limitações de espaço, somente será possível delinear o mínimo de informações que tornam inteligíveis os resultados discutidos. A principal fonte para o trabalho foram as publicações *Quem É Quem na Economia Brasileira*, anteriormente editadas pela Revista Visão, para diversos anos da década de 80. Delas retiramos os dados contábeis-financeiros de todas as empresas localizadas no estado de São Paulo em 56 setores, incluindo toda a indústria de transformação, serviços públicos de natureza industrial (eletricidade, telecomunicações etc.) e construção civil. Através das informações contidas no *Atlas Financeiro* e no *Guia Interinvest*, logramos, na medida do possível, esclarecer as relações de propriedade das empresas reunidas na amostra da fonte anterior.

Da combinação destas fontes foi possível traçar um quadro do poder industrial paulista a partir de dados contábeis e da estratificação das mais de 2.600 empresas segundo dois critérios de pertencimento. De um lado, separamos as empresas nos tradicionais conceitos de origem de capital: estatal e privado,

público e privado. A diferença aqui foi separar as empresas privadas nacionais em duas sub-categorias: aquelas de origem genuinamente paulista daquelas sediadas no estado porém ligadas a grupos de empresas cuja sede se encontra em outros estados da federação.

De outro lado, e aqui está a principal novidade deste estudo, procuramos organizar as empresas em mais de 800 grupos econômicos de acordo com a predominância deste ou daquele centro de controle acionário. Sobre este ponto cabem ainda os seguintes esclarecimentos. Para muitas empresas, nenhum pertencimento a grupo foi identificada; estas serão doravante denominadas empresas simples ou individuais. Em outros casos, apenas os dados disponíveis não permitiram esclarecer univocamente a origem do controle acionário, posto que a repartição de ações entre diversos grupos controladores (50%-50%, 33%-33%-33% etc.) sugerem que estas empresas devam ser classificadas como tendo um controle compartilhado. Deste modo, a amostra está dividida em empresas Estatais, Paulistas, Brasileiras (e não originárias de São Paulo), Internacionais e de Controle Compartilhado.

Devido à novidade que este tipo de estudo<sup>2</sup> representa e às ambiguidades conceituais encontradas amiúde na literatura, convém esclarecer os conceitos de grupo econômico e de centralização de capital antes de passar a sua operacionalização.

Entendemos grupo econômico como uma unidade empresarial de grande porte que está subordinada a um centro único de poder, de controle e de decisão estratégica, embora atue, em geral, em diversos setores e através de diversas empresas, com uma estrutura organizacional descentralizada que confere algum grau de autonomia nas decisões de gestão a suas partes constituintes (empresas, áreas de negócio etc.). Por controle estratégico entende-se o poder de definir e vetar grandes linhas de desenvolvimento de longo prazo e de alocação de recursos no que diz respeito a investimentos, expansão de mercado, diversificação e progresso tecnológico<sup>3</sup>.

Existe uma certa confusão entre as categorias concentração e centralização na literatura econômica. Embora sejam dois processos que em geral ocorrem paralelamente, é necessário traçar claramente a distinção teórica entre ambos:

A concentração de capital pode ser definida como o aumento no tamanho de uma empresa ou

bloco de capital<sup>4</sup> devido ao processo de acumulação. Para evitar as imprecisões que ocorrem no uso deste termo convém estabelecer a seguinte distinção: concentração absoluta é o aumento (real) na quantidade de capital sob controle de uma mesma empresa ou grupo econômico, em oposição à concentração relativa que é o aumento da participação do patrimônio líquido (ou das vendas, dos lucros etc.) de uma empresa como percentagem do total de um determinado mercado ou ainda de um grupo como percentagem do total de uma amostra de grupos ou da economia como um todo, da indústria etc. A concentração de capital diz respeito somente à expressão quantitativa (absoluta e/ou relativa) de um processo de crescimento de capital que pode se dar de diversas maneiras, tais como, diversificação, centralização de capital, fusão etc.<sup>5</sup> Cabe frisar que o uso mais comum da expressão concentração se dá no sentido de mensurar a participação das maiores empresas num determinado setor ou ramo da indústria, gerando indicadores como os tradicionais C4 e C8, entre outros; isto é, a expressão é normalmente empregada no sentido de concentração relativa aqui utilizado.

A centralização de capital é o tipo particular de concentração de capital que implica necessariamente na eliminação ou diminuição do tamanho de blocos autônomos de capital que ou bem passam a operar de forma centralizada, isto é, subordinada ao capital que é sujeito da centralização (mediante um processo de crescimento externo) ou desaparecem na luta competitiva em um determinado mercado, que passa, neste caso, por um processo de concentração relativa de capital. Por extensão, podemos chamar de centralização, ainda que parcial, mais limitada que o caso anterior, também aquele processo de mudança de controle de uma ou mais empresas de um determinado grupo econômico para outro sem que o primeiro deixe de existir. O que distingue, portanto, a centralização da concentração de capitais é o fato de que uma parte do capital total da economia, organizado juridicamente sob a forma de empresa(s), muda de controle, através de processos conhecidos como fusões, aquisições e outras formas de tomada de controle de empresas<sup>6</sup>.

A centralização de capital decorre em boa medida das diferentes taxas de acumulação de capitais com diversas capacidades tecnológicas, de alavancagem financeira, economias de escala etc. Neste sentido, o contexto de crise dos anos 80, ao

fragilizar certos blocos de capital e concentrar lucros nos estratos superiores da hierarquia empresarial, fenômenos sobejamente conhecidos<sup>7</sup>, suscita preliminarmente a hipótese de que o processo de centralização de capital deve ter se manifestado. É a confirmação desta hipótese o que será buscado nas próximas seções.

Deste modo, podemos esperar resultados consoantes com as tendências mais gerais do capitalismo, observadas em vários países desde há muito tempo, que apontam para um processo de crescente centralização de capital como resultado das taxas desiguais de crescimento dos diversos blocos de capital. No entanto, somos obrigados a admitir, ao menos teoricamente, a existência de processos de descentralização de capital, devido à partilha de heranças, desmembramento de blocos de capital e surgimento de novos blocos. Mais do que isto, a análise feita a seguir indica que este processo de fato ocorreu e com uma razoável intensidade. Em resumo, estaremos buscando indicações de todas estas pressões, centralizadoras e descentralizadoras, da acumulação capitalista dentro de nossa amostra, procurando realçar as tendências mais importantes sob vários pontos de vista.

A análise será feita a partir de uma sub-amostra de empresas que, entre 1980 e 1989 deixaram de pertencer a um grupo e passaram para outro. A confrontação entre o pertencimento de cada empresa em 1980 e 1989, excluindo-se aquelas que não sofreram nenhuma alteração, irá apresentar três resultados possíveis:

- empresas que não pertenciam a grupo em 1980 passaram a pertencer no final do período
- empresas que pertenciam a algum grupo e, em 1989, passaram a fazer parte de outro grupo
- empresas que deixaram de pertencer a qualquer grupo no final do período sendo que eram parte de algum grupo em 1980

Nos dois primeiros casos podemos falar de um processo de centralização de capital, sendo que o primeiro necessariamente implicou no desaparecimento de um bloco autônomo e sua incorporação a um grupo. No segundo caso podemos falar em centralização, do ponto de vista do grupo sujeito da absorção, embora não se saiba se houve ou não desaparecimento de um bloco autônomo. No terceiro caso podemos falar de uma descentralização de capital, na medida em que implicou, do ponto de vista das informações aqui utilizadas, no surgimento de um bloco autônomo que antes não existia. Passamos em seguida ao estudo destas mudanças de controle, à luz dos conceitos apresentados.

#### Análise geral das mudanças de controle

A comparação das empresas entre 1980 e 1989 revelou que dos 1.759 casos que compunham a amostra neste último ano (1.962 empresas em 1980), 246 delas haviam mudado de controle. Isto representa quase 14% do total da amostra e se configura num primeiro indício da importância dos processos de centralização de capitais na economia paulista. Outra indicação importante é o fato de que o patrimônio líquido destas 246 empresas representaram 10 e 12% do patrimônio líquido total da amostra, respectivamente nos dois anos estudados. A primeira conclusão desta análise é de que o processo de centralização não se configurou num fenômeno marginal da indústria paulista, ao contrário, teve impacto significativo nos rearranjos do poder econômico desta economia.

A desagregação deste processo segundo o tipo de capital segundo sua origem (geográfica e de pertencimento a grupos) revela detalhes importantes. As tabelas 1 e 2 procuram quantificar estes movimentos a partir das ocorrências de mudanças de controle.

TABELA 1	TIPO DE ORIGEM EM 1989						
	TIPO DE ORIGEM EM 1980	BRASILEIRA	ESTATAL	INTERCIONAL	INDIVIDUAL(SP)	PAULISTA	COMPARTILHADO
MUDANÇAS DE CONTROLE ENTRE 1980 E 1989, SEGUNDO O TIPO DE ORIGEM, EM NÚMERO DE EMPRESAS QUE MUDARAM DE GRUPO NA DÉCADA	BRASILEIRA	5		2	5	3	2
	ESTATAL	1	1	1	4		
	INTERCIONAL	14		35	17	13	1
	INDIVIDUAL(SP)	18		12		48	4
	PAULISTA	5		4	19	20	4
	COMPARTILHADO			3	1	1	3
	TOTAL	43	1	57	46	85	14
							246

A Tabela 1, contendo o número absoluto de mudanças ocorridas, revela que o tipo de capital que foi objeto de processos de centralização de capital em maior número de vezes foram as empresas individuais. Ao todo, 82 empresas deste tipo estiveram envolvidas, exatamente um terço do total de casos (os valores percentuais estão na Tabela 2). O desaparecimento destas empresas autônomas foi contrabalançado pelo surgimento de 46 novos blocos deste tipo (menos de um quinto do total) que, em 1980, pertenciam a algum grupo econômico. Em termos líquidos, 36 empresas perderam sua autonomia, indicando que o movimento geral, como já era de se esperar, foi no sentido de uma maior centralização de capital na indústria paulista.

## ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA CLÁSSICA E POLÍTICA

Uma observação mais atenta revela que esta incorporação de empresas individuais foi realizada em sua imensa maioria por grupos nacionais. Das 82 empresas em questão, 66 delas (pouco mais de 80%) foram incorporadas a grupos paulistas (48 empresas, quase 60% dos casos) ou a grupos brasileiros (18 empresas). Em somente 12 desses casos a absorção da empresa individual significou também uma desnacionalização de capitais brasileiros.

Para nossa surpresa, foi o capital estrangeiro o segundo tipo de capital que mais perdeu controle sobre empresas no período, num total de 80 (quase um terço da sub-amostra). Mais curioso ainda é o fato de que 17 destas empresas simplesmente passaram a não pertencer a qualquer grupo econômico, o que implica por definição num processo de nacionalização e de autonomização de uma fração do capital estrangeiro. Este número é inclusive maior do que aquele das empresas que seguiram o caminho inverso, conforme mencionado no parágrafo anterior.

Por outro lado, os dados mostram também que a maior parte das empresas estrangeiras que mudaram de dono permaneceram sob controle internacional; foram 35 empresas nesta condição, cerca de 44% deste subconjunto. Visto de outro modo, estas 35 representaram 61,4% das 57 empresas que foram centralizadas pelo capital estrangeiro, indicando também que os processos de centralização deste tipo de capital se dão principalmente entre os próprios parceiros internacionais, refletindo talvez sua atuação no exterior, onde estes capitais se defrontam em outros mercados.

como o principal beneficiário destes processos posto que absorveu 35% das empresas analisadas, mais do que qualquer outro tipo de capital. Sua maior fonte de empresas absorvidas foram justamente as não pertencentes a grupos, em número de 48 (56%). As mudanças de controle entre grupos paulistas vem em segundo lugar, com 20 empresas.

O capital brasileiro apresenta um padrão similar, embora os números absolutos sejam menores. Na verdade, dentre os grupos privados (isto é, excluindo as empresas individuais, estatais e as de controle compartilhado), foram os de origem nacional não paulista os que menos estiveram envolvidos nos processos de centralização de capital. O efeito líquido de mudanças de controle lhe foi favorável no período, num total de 26 (=43-17) empresas. Do mesmo modo que os grupos paulistas, sua principal fonte de empresas absorvidas foram as de capital individual que representaram 42% do subconjunto. Interessante notar que em segundo lugar aparece o capital internacional como fonte principal de empresas absorvidas. Convém observar também que a troca de empresas entre paulistas e brasileiras é bastante pequena.

O capital estatal é o que apresenta o padrão mais definido e restrito de atuação nesta área: para o conjunto do setor público paulista, pode se dizer que ele não foi sujeito de processos de centralização; ao contrário ele foi apenas objeto, tendo cedido (em termos líquidos) 6 empresas que foram "privatizadas". Dado o diminuto número de empresas envolvidas neste processo, vale a pena esclarecer

TABELA 2		TIPO DE ORIGEM EM 1989							
MUDANÇAS DE CONTROLE ENTRE 1980/89, SEGUNDO O TIPO DE ORIGEM, EM PERCENTAGEM DO NÚMERO DE EMPRESAS QUE MUDARAM DE GRUPO NA DÉCADA		TIPO DE ORIGEM EM 1980	BRASILEIRA	ESTATAL	INTERCIONAL	INDIVIDUAL(SP)	PAULISTA	COMPARTILHADO	TOTAL
		BRASILEIRA	2	0	1	2	1	1	6,9
		ESTATAL	0	0	0	2	0	0	2,9
		INTERCIONAL	6	0	14	7	5	0	32,5
		INDIVIDUAL(SP)	7	0	5	0	20	2	33,3
		PAULISTA	2	0	2	8	8	2	21,1
		COMPARTILHADO	0	0	1	0	0	1	3,3
		TOTAL	17	0	23	19	35	6	100

O capital paulista aparece como o terceiro colocado em número de empresas que foram objeto dos processos de centralização de capital (21,1% da sub-amostra). É um número menor do que o de empresas que passaram a fazer parte deste tipo de capital (85) resultando num efeito líquido positivo de 33 empresas. Na verdade o capital local aparece

alguns casos individuais. A única empresa que aparece na Tabela 1 na coluna do grupo Estatal é a Cia. Gás de São Paulo Comgás, que passou da órbita municipal (prefeitura da capital) para a estadual (Governo do estado). Em outras palavras, a única absorção realizada pelo setor público foi de uma empresa que já era pública.

## ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA CLÁSSICA E POLÍTICA

Nos demais casos de envolvimento estatal, a mudança de controle se caracterizou pela alienação de empresas antes pertencentes ao governo federal, em todos os casos menos um, através do grupo BNDES. Este vendeu para particulares (isto é, não para grupos econômicos) três empresas (Cia. Editora Nacional, Fibam Cia. Indl. e Orniex S.A.). Vendeu ainda a Baumer S.A. para um grupo brasileiro do mesmo nome e a Howa S.A. Inds. Mecânicas para dois grupos japoneses (Howa e Toyobo, com ligeira vantagem acionária para o primeiro) que já participavam em 1980 da estrutura de capital da empresa, juntamente com dois outros grupos estrangeiros (Rockwell International Corp. americano e Adolph Saurer suíço). Finalmente, o grupo Siderbrás vendeu a Cia. Siderúrgica Mogi das Cruzes (Cosim) para particulares. Como será visto mais adiante, nenhuma dessas privatizações teve um impacto econômico significativo.

Por fim, cabe mencionar a posição dos blocos de capital compartilhado neste processo. O reduzido número de empresas sob esta categoria e seu caráter indefinido não permitem uma análise mais profunda. O dado mais saliente é que seu número aumentou em 6 empresas. Outra informação é que o capital estatal não esteve envolvido em nenhum processo de centralização com esse tipo de capital, ele que foi o grande mentor, nos anos 70, dos arranjos tripartites<sup>8</sup> (governo federal, capital nacional e estrangeiro) que, em boa parte dos casos da amostra, explicam a constituição de blocos de capital subordinados ao controle compartilhado.

### Peso econômico das mudanças de controle

Outra maneira de abordar estas mesmas mudanças de controle é através da quantificação

dos montantes de patrimônio líquido que estiveram envolvidos nos processos de centralização de capital. Sendo esta a variável que melhor expressa o poder econômico das empresas e dos grupos, os fluxos patrimoniais entre os diversos tipos de capital serve como um indicador do sentido da centralização que é, antes de tudo, um processo de reforço de poder para aqueles que dele se beneficiam. Para isto foi montada a Tabela 3 que traz a percentagem do patrimônio líquido sobre o total da sub-amostra que esteve envolvido nas mudanças de controle segundo a tipologia utilizada nas tabelas anteriores.

A primeira evidência que chama a atenção nesta tabela é o fato de que foram o capital paulista e o brasileiro, isto é, o capital privado nacional, os maiores beneficiários dos processos de centralização de capital ocorridos. Em termos brutos, dois terços, divididos em partes quase iguais, de todo o patrimônio líquido das empresas que mudaram de controle foram centralizados por estes dois tipos de capital. São eles também os únicos ganhadores em termos líquidos (isto é, uma vez descontado o fluxo de patrimônio líquido das empresas que pertenciam ao capital nacional e mudaram de controle) com exceção do capital compartilhado, examinado a seguir. Destaque cabe ao capital brasileiro que centralizou liquidamente mais de 12% do patrimônio líquido da sub-amostra, o que equivale a mais de 1,6% de todo o patrimônio da amostra em 1989.

A primeira surpresa da Tabela 3 é quanto aos grupos de capital compartilhado. A impressão que se tinha das tabelas anteriores é que sua participação no processo de centralização de capital era marginal: mas não o é, dado que quase 13% dos fluxos patrimoniais envolvidos terminaram por assumir

TABELA 3 - MUDANÇAS DE CONTROLE ENTRE 1980 E 1989, SEGUNDO O TIPO DE ORIGEM DO CAPITAL, EM PERCENTAGEM SOBRE O TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 1989 DAS EMPRESAS QUE MUDARAM DE CONTROLE

TIPO DE ORIGEM EM 1980	TIPO DE ORIGEM EM 1989						TOTAL PERDIDO	TOTAL LÍQUIDO
	BRASILEIRA	ESTATAL	INTERCIONAL	INDIVIDUAL(SP)	PAULISTA	COMPARTILHADO		
BRASILEIRA	13,2		0,8	0,4	1,0	4,5	19,9	12,4
ESTATAL	0,1	2,9	0,2	0,2			3,4	-0,5
INTERCIONAL	8,7		9,4	2,1	4,5	0,1	24,9	-9,7
INDIVIDUAL(SP)	4,3		1,8		14,3	2,1	22,5	-17,4
PAULISTA	6,0		1,9	2,3	11,0	5,3	26,5	4,5
COMPARTILHADO			1,1	0,1	0,1	0,9	2,2	10,7
TOTAL GANHO	32,3	2,9	15,2	31,0	31,0	12,9	100**	0

\* DIFERENÇA ENTRE O TOTAL GANHO E O TOTAL PERDIDO PARA CADA TIPO DE ORIGEM NO PERÍODO

\*\* AS DIFERENÇAS COM ESTE TOTAL SE DEVEM A IMPRECISÕES NO ARREDONDAMENTO

esta forma de controle. Do efeito líquido deste tipo de capital (10,7%), quase 90% se explica pela mudança de controle de duas empresas: Citrosuco Paulista S.A. (com 4,39% do patrimônio líquido total da sub-amostra) e Ripasa S.A. Celulose e Papel (4,53%). Uma observação mais atenta dos dois casos revela, no entanto, que as mudanças de controle são mais aparentes do que reais. No primeiro caso, ela é bastante sutil: a empresa que era controlada pelo grupo alemão Fisher com 50,01 das ações, passou a dividir completamente (isto é, 50-50%) o controle em 1989 com o grupo brasileiro Eckes Gruppe, que já possuía o restante do controle em 1980. No segundo, a Ripasa permaneceu sendo controlada conjuntamente por três famílias paulistas, a saber, Zogbi, Zarzur e Derani<sup>9</sup>, de forma tripartite, sendo que outros Acionistas Brasileiros (não identificados) passaram a deter parcela minoritária do controle. Em resumo, não se pode dizer que o capital de tipo compartilhado tenha tido um papel decisivo no processo de centralização de capital, ainda que os dados de patrimônio líquido sugiram que o peso deste tipo de capital tenha alguma importância nos arranjos entre grupos econômicos distintos porém associados.

A análise dos "perdedores", isto é daqueles tipos de capital que liquidamente cederam seus capitais nos processos de centralização revela fatos inesperados e outros nem tanto. Em primeiro lugar, cabe chamar a atenção para o grande perdedor: as empresas individuais cederam mais de um quinto do patrimônio líquido que foi objeto de processos de fusões e incorporações. Liquidamente, isto é, descontando os 5,1% que ganharam (o segundo pior resultado), os capitais que deixaram de ser autônomos representaram 17,4% da sub-amostra e 2,25% de todo o patrimônio líquido da amostra (sempre tendo 1989 como referência). Em outras palavras, mais de 2% do poder industrial de São Paulo foi de algum modo incorporado ao circuito dos grupos econômicos através de processos de tomada de controle nos anos 80, seja através de posições acionárias ou pela simples compra de empresas. Este é o dado mais significativo de todo o processo de centralização de capitais da economia paulista no período e era, de certo modo esperado: ela é apenas a face mais direta de um processo mais amplo, cujo sentido geral é o avanço do poder econômico da forma grupo econômico sobre a indústria de São Paulo.

Por outro lado, a Tabela 3 mostra que, surpreendentemente, o capital estrangeiro foi o segundo maior perdedor na corrida pela centralização de capital: em termos brutos, representou um quarto do patrimônio líquido da sub-amostra, atrás apenas do capital paulista; em termos líquidos, cedeu 9,7% do capital, atrás apenas das empresas individuais.

Por fim, cabe mencionar que o envolvimento do capital público na centralização de capital, em consonância com as evidências das tabelas anteriores, foi bastante reduzido. Os dados referentes ao patrimônio líquido mostram que a perda de capital do setor público neste processo foi, em termos líquidos, de apenas 0,5% do patrimônio líquido total da sub-amostra. A única operação de centralização de maior significado econômico (2,9% do patrimônio líquido da sub-amostra) foi a referida transferência da Comgás, que ocorreu dentro do setor público. Além dessa, as demais transferências de propriedade foram também processos de privatização, mencionados anteriormente, que representaram, no entanto, uma fração muito pequena dos capitais envolvidos (por definição, os mesmos 0,5%).

#### Perfil setorial das mudanças de controle

Do mesmo modo que o observado para a análise da origem de capital, a desagregação do impacto econômico da centralização de capitais pelos 56 setores da amostra indicam um perfil bastante diferenciado, hierarquizado e concentrado do processo. A Tabela 4 (pág.20) procura sintetizar este perfil indicando a participação de cada setor, em termos de número de empresas e percentagem do patrimônio líquido, envolvidos nos processos de centralização. Dentre os setores da amostra, 47 aparecem na tabela, ordenados conforme a importância no total do patrimônio líquido que correspondeu a cada setor.

Embora a distribuição setorial das ocorrências de processos de mudança de controle se estenda por quase todos os setores da amostra, é possível perceber que a imensa maioria deste tem importância apenas marginal no processo de centralização de capital como um todo. A partir do vigésimo setor, no *ranking* de percentagem de patrimônio líquido, a importância de cada setor é inferior a 1% do volume de patrimônio envolvido em mudanças de controle. A percentagem acumulada dos 19 setores mais importantes chegou a 87,8%, evidenciando a importância secundária dos setores

ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA CLÁSSICA E POLÍTICA

**Tabela 4**  
**Ranking setorial do impacto das mudanças de controle - 1980/89**

setor	ran- king	% PL	% PL acumulado	n. de em- presas	n. emps. acumulado
Construção em Geral	1	16,94	16,9	19	19
Papel e Papelão	2	13,26	30,2	15	34
Produtos Alimentares Diversos	3	9,82	40,0	13	47
Química e Petroquímica	4	5,53	45,6	20	67
Apar. Domést, Mat. Comun, Lâmpadas, Acess, Utenc.	5	5,11	50,7	7	74
Artigos de Vestuário e Acessórios	6	4,7	55,4	6	80
Fiação e Tecelagem	7	4,05	59,4	16	96
Máquinas, Motores e Equipamentos Industriais	8	3,87	63,3	29	125
Produtos Metalúrgicos Diversos	9	3,71	67,0	15	140
Serviços de Água, Esgoto e Gás	10	2,87	69,9	1	141
Autopeças e Carrocerias	11	2,84	72,7	10	151
Siderurgia	12	2,84	75,5	4	155
Plásticos e Derivados	13	2,57	78,1	8	163
Cal e Cimento	14	1,9	80,0	2	165
Tratores, Máquinas de Terraplanagem e Implemento	15	1,81	81,8	2	167
Açúcar e Alcool	16	1,71	83,5	7	174
Cerâmica e Artefatos de Cimento, Gesso e Amianto	17	1,6	85,1	5	179
Bebidas e Refrigerantes em Geral	18	1,45	86,6	7	186
Veículos Automotores	19	1,22	87,8	1	187
Laticínios	20	0,96	88,8	4	191
Artefatos de Vidro e Cristal	21	0,88	89,6	2	193
Outros Produtos de Minerais Não-Metálicos	22	0,85	90,5	2	195
Carnes Frigorificadas e Industrializadas	23	0,76	91,3	2	197
Máquinas, Aparelhos e Instrumentos p/ Escritório	24	0,73	92,0	3	200
Metalurgia dos Não-Ferrosos	25	0,7	92,7	4	204
Material Ferroviário	26	0,62	93,3	1	205
Aviões e Outros Veículos	27	0,6	93,9	1	206
Calçados	28	0,52	94,4	2	208
Serviços de Eletricidade	29	0,5	94,9	2	210
Moinhos	30	0,49	95,4	2	212
Material Elétrico	31	0,47	95,9	4	216
Serviços de Planejamento e Desenvolvimento	32	0,46	96,3	1	217
Artefatos e Tecidos	33	0,45	96,8	1	218
Móveis e Artefatos de Decoração	34	0,44	97,2	4	222

# ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA CLÁSSICA E POLÍTICA

setor	ran- king	% PL	% PL acumulado	n. de em- presas	n. emps. acumulado
Editoras Gráficas	35	0,4	97,6	4	226
Óleos Vegetais	36	0,38	98,0	1	227
Prod. Farmacêuticos, Medicinais e Veterinários	37	0,34	98,4	2	229
Madeiras, Compensados, Laminados e Artefatos	38	0,32	98,7	2	231
Jornais	39	0,31	99,0	2	233
Petróleo (refinação e distribuição)	40	0,29	99,3	2	235
Gás de Petróleo	41	0,22	99,5	1	236
Produtos de Perfumaria, Higiene Doméstica, Velas	42	0,13	99,6	2	238
Café	43	0,12	99,7	1	239
Artigos Diversos	44	0,1	99,8	2	241
Instrumentos, Aparelhos Profissionais, de Precisão	45	0,08	99,9	2	243
Pescado (pesca e industrialização)	46	0,07	100,0	2	245
Fumo e Produtos de Fumo	47	0,04	100,0	1	246

seguintes. Os 10 setores mais importantes respondem por quase 70% do movimento de centralização de capital de toda a amostra; nestes dez setores, as 141 empresas envolvidas respondem por mais da metade dos casos observados. Iremos concentrar nossa atenção nos 5 primeiros setores, que respondem pela metade do patrimônio líquido envolvido em mudanças de controle, abrangendo 74 empresas (30% dos casos).

O primeiro setor é a construção civil, no qual 19 empresas foram responsáveis por quase 17% de todo o patrimônio líquido transacionado em processos de mudança de controle. Foi possível observar dois fenômenos importantes: Em primeiro lugar, houve a consolidação como grupo de várias empresas, ainda não plenamente constituídas enquanto tal em 1980, segundo as informações da pesquisa. Deste modo, Método, Concretex, Azevedo e Travassos, Takaoka, entre outros, foram grupos centrados na construção civil que viram suas principais empresas se converterem em sedes de agrupamentos econômicos. Em segundo lugar, outros blocos de capital, já consolidados enquanto grupos em 1980, viram o conjunto de empresas da construção sob sua direção se ampliar, como o grupo Odebrecht, que consolida seu controle sobre a CBPO e a Tenenge, que não estavam sob seu controle direto em 1980. O mesmo pode ser dito sobre o grupo Itamarati, que consolida seu controle sobre a Constran.

No segundo setor, o de papel e celulose, dois processos de centralização de capital somados responderam por dois terços de todo o patrimônio líquido transacionado no setor. No primeiro, temos o caso de mudança apenas nominal de controle (Ripasa, do grupo Rilisa, já comentado acima). O segundo marca a entrada do grupo Votorantim no setor, pela aquisição da Celpag, pertencente em 1980, ao grupo Simão. Outro caso importante é a troca de mãos da Bates do Brasil entre dois líderes do segmento de papel e celulose, do grupo Champion para o Klabin. Do ponto de vista da consolidação de grupos, cabe registrar que o grupo Andrade Costa estabeleceu seu controle sobre duas empresas no setor. Importante frisar que neste setor, a exemplo do anterior, apenas os capitais brasileiros foram sujeitos dos processos de centralização de capital.

O terceiro setor em importância no *ranking* é o de Alimentos Diversos. Nestes, a pressão de grupos estrangeiros e a perda de independência de empresas individuais caracterizaram as mudanças de controle. Entre as desnacionalizações, as mais conhecidas foram as da CICA, que passa do grupo paulista Bonfiglioli para o italiano Ferruzzi, e Petybon, que passa do grupo Matarazzo para o argentino Bunge y Born. Este, por outro lado, alterou a composição do capital de sua principal subsidiária no setor (Santista Inds. Gerais, também conhecida como Moinho Santista), com a entrada de vários



Acionistas Brasileiros. Registre-se também a mudança de mãos do líder do segmento de sorvetes, a Kibom, entre dois gigantes americanos do ramo, a General Foods e a Philip Morris. Duas empresas independentes foram também adquiridas por grupos estrangeiros: Ailiram, pela Nestlé e Visconti, pelo grupo italiano Findim. Por fim cabe mencionar a associação entre os grupos Cutrale e Citrosuco, importantes exportadores de suco de laranja do estado de São Paulo, que implicou em mudanças na composição acionária de duas empresas (Sucorico e Citral) e na aproximação das atividades dos dois grupos.

O quarto setor no *ranking* é o de química, no qual as transações foram numerosas (20) porém poucas tiveram uma expressão econômica significativa. As duas maiores responderam por um terço da movimentação no setor e marcam a penetração de dois importantes grupos financeiros no setor: o grupo Bozano Simonsen pela compra da Copebras e o grupo Itaú pela compra da Elekeiroz. Dados os pequenos montantes de patrimônio líquido envolvidos, não se pode dizer que tenha havido algum movimento significativo seja de nacionalização seja de penetração de grupos estrangeiros no setor.

O quinto setor é aquele que agrupa empresas de alguns segmentos de eletroeletrônicos, aqui denominado de Aparelhos Domésticos, Material de Comunicações, Lâmpadas, Acessórios e Utensílios. Neste setor heterogêneo, foram apenas 7 as mudanças de controle (uma das quais, apenas nominal, sem sair do controle da Família Lorenzetti). Cabe registrar 3 delas: o da empresa Pereira Lopes Ibesa do grupo Pereira Lopes para o Prosdócimo; da NEC, que passa para o controle da família Roberto Marinho; e Labo Eletrônica, que passa ao controle compartilhado entre acionistas brasileiros e estrangeiros. Por fim cabe mencionar a desnacionalização da F.A.M.E, que de empresa individual passa ao controle de um grupo americano (Owens Illinois).

#### **Análise dos principais grupos envolvidos em processos de centralização de capital**

Por fim, cabe examinar individualmente alguns dos grupos que estiveram envolvidos nestes processos de centralização de capital, destacando os mais ativos na absorção de empresas. Com o objetivo de mostrar a importância de cada um dos 159 grupos que adquiriram ao menos uma empresa

entre 1980 e 1989 (11,5% do total de 1.380 grupos da amostra), foi montada a Tabela 5. Ela apresenta um ranking destes grupos segundo a importância do patrimônio líquido das empresas absorvidas como percentagem de todo o patrimônio centralizado. Apresenta também a origem de capital de cada grupo, o número de empresas que absorveu e o peso do patrimônio líquido acumulado ao longo do *ranking*.

A primeira informação que chama atenção nesta tabela é o pequeno número de empresas absorvidas por cada um dos grupos. Com exceção de 17 deles, em todos os demais casos apenas uma empresa foi absorvida. Além disso, para a maior parte dos grupos, a percentagem do patrimônio líquido transacionado, como proporção da sub-amostra é bastante pequeno: somente 16 grupos absorveram mais de 1% deste total. A primeira conclusão portanto é de que a centralização de capital não se constituiu em um processo importante para a imensa maioria dos grupos. Ainda que o processo possa ter sido importante para a configuração final do grupo, devido ao peso das aquisições em seu próprio capital, poucos deles absorveram uma percentagem significativa com relação ao total de transações. É sobre estes poucos grupos que a análise irá recair mais abaixo.

Importante observar que, em consonância com evidências anteriores, a imensa maioria dos grupos que se beneficiaram dos processos de centralização de capital são brasileiros (84 paulistas e 37 brasileiros, totalizando 121 dos 159 grupos na sub-amostra). Dentre os grupos estrangeiros, apenas os americanos comparecem com o número expressivo de 14 absorções. Seguem-se os grupos franceses (7 absorções), alemães (6) e suíços, italianos (cada um com 5) e grupos de mais 9 outras nacionalidades definidas.

Outra observação importante de caráter geral, e que confirma o que se acabou de comentar, é sobre a natureza concentrada do processo da centralização de capitais, o que pode ser percebido na coluna de participação acumulada no patrimônio líquido: boa parte do capital absorvido se dirigiu para um número restrito de grupos. Um terço do patrimônio líquido foi absorvido por apenas 12 grupos; metade por 33 grupos; os 100 primeiros grupos do *ranking* foram responsáveis por praticamente 70% do volume de capital transacionado.

Em outras palavras, a centralização se fez de

# ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA CLÁSSICA E POLÍTICA

forma concentrada por um número restrito de grupos. Para a imensa maioria da sub-amostra, a centralização foi de importância pequena, dado que envolveu apenas uma empresa e o volume de capital movimentado foi também de pequena monta. Centraremos a análise portanto apenas naqueles grupos que absorveram mais de uma empresa — o que sugere minimamente uma estratégia de

crescimento externo, ancorado na absorção de empresas— e num volume de capital significativo.

Entre estes grupos com volume significativo de absorções, o primeiro destaque cabe ao grupo Votorantim, primeiro do *ranking*. O grupo de origem paulista estendeu seu controle sobre 3 empresas representando mais de 6% do patrimônio líquido transacionado. O perfil setorial das empresas

Tabela 5					
Número de empresas absorvidas e participação no total do patrimônio líquido centralizado, por grupo econômico					
grupo	ranking	origem do capital*	empresas absorvidas	% do PL	% do PL acumulado
Votorantim	1	SP	3	6.1	6.1
Itamarati	2	BR	1	5.7	11.8
Odebrecht	3	BR	2	5.4	17.2
Brasmotor	4	BR	2	3.3	20.5
Estado São Paulo	5	EE	1	2.9	23.4
Ferruzzi, Grupo	6	IT	2	2,0	25.4
Iochpe	7	BR	1	1.8	27.2
Rockwell International Corp.	8	US	1	1.5	28.7
Itap	9	SP	1	1.3	30,0
Villares	10	SP	1	1.2	31.2
Rosafer	11	SP	1	1.2	32.4
Gurgel	12	SP	1	1.2	33.6
Soges S.A.	13	BG	1	1.1	34.7
Bozano Simonsen	14	BR	1	1.1	35.8
Joaquim Salles Leite	15	SP	1	1.1	36.9
Panamerican / Interamerican F. Corp.	16	PA	2	1,0	37.9
Bunge y Born	17	RA	3	0.9	38.8
Correa Rabello	18	SP	1	0.9	39.7
Simao	19	SP	1	0.9	40.6
Techint Empreends.	20	SP	1	0.9	41.5
Zillo Lorenzetti	21	SP	1	0.8	42.3
De Zorzi	22	BR	1	0.8	43.1
Solvay	23	BG	1	0.7	43.8
Kloeckner-Werk	24	WD	1	0.7	44.5
Itau, Grupo	25	SP	1	0.7	45.2
Metodo	26	BR	1	0.7	45.9
Kaiowa	27	SP	1	0.7	46.6
Philip Morris	28	US	1	0.6	47.2
Anglo American Corp. of South Africa	29	SA	2	0.6	47.8
Dyon N.V.	30	DW	1	0.6	48.4

\*Lista das siglas de origem de capital utilizadas

.BG

Bélgica

BR

Brasil (exceto São Paulo)

DW

Antilhas Holandesas

EE

Estatal Estadual

IT

Itália

PA

Panamá

RA

Argentina

.SA

África do Sul

SP

São Paulo

US

Estados Unidos

WD

Alemanha (ex-Alemanha Ocidental)

adquiridas revela que uma das absorções ocorreu numa área de especialização histórica do grupo (a Cimento Santa Rita S.A, no setor de cimento, adquirida do grupo suíço Argeda) enquanto que as outras duas implicaram no ingresso do grupo, o maior do país dentre os nacionais privados, em duas novas áreas tecnológicas e de mercado: a primeira é a já mencionada Celpag e a outra é a Cia. de Luz e Força Santa Cruz, no setor de eletricidade. Conjuntamente, estas 3 empresas representavam, em 1989, quase 17% de todo o patrimônio líquido do grupo. Em resumo, o crescimento do grupo Votorantim foi fortemente influenciado pelos processos de centralização de capital operados pelo conglomerado, tanto em termos patrimoniais quanto de diversificação setorial.

O segundo colocado no *ranking*, o grupo brasileiro Itamarati, pelas informações restritas ao estado de São Paulo de que dispomos, parece não ter adotado uma estratégia deste tipo. O peso da única empresa por ele absorvida (a já citada Constran), de mais de 98% do patrimônio líquido do grupo no estado em 1989, no entanto, indica que a aquisição foi importante para o grupo, ao menos em termos de sua penetração no mercado paulista de construção civil. O mesmo ocorreu com o terceiro do *ranking*, o grupo Odebrecht: as duas empresas que ele absorveu na década (as já citadas CBPO e Tenenge) constituem toda sua expansão no estado de São Paulo e ao mesmo tempo implicou um reforço de seu poder de mercado sobre o setor (construção) em que é um dos líderes nacionais.

A estratégia do quarto colocado no *ranking*, o grupo Brasmotor, é similar: tradicional fabricante de produtos metalúrgicos e da linha branca de eletrodomésticos, passou a operar em São Paulo depois de 1985 na área metalúrgica devido à incorporação da Ind. Semeraro S.A. Metalúrgica em Geral, antes independente. Passou também a controlar majoritariamente sua principal empresa no setor de aparelhos domésticos, a Brastemp. Estas duas empresas representam todo o escopo de atividades do grupo em São Paulo em 1989.

Apenas na sexta posição<sup>10</sup> é que aparece um grupo estrangeiro como sujeito de processos de centralização de capital. Trata-se do grupo Ferruzzi, grande conglomerado italiano que passa a fazer parte da amostra em 1989 mediante a compra de duas empresas. A primeira (CICA) já foi comentada anteriormente e fez parte de sua estratégia de

diversificação geográfica dentro de uma de suas principais áreas de especialização (alimentos). A outra é a Concrebrás, do setor de construção, adquirida do grupo financeiro suíço Inter Financing Exchange.

Por fim, apenas mais um grupo realizou mais de uma absorção em montante superior a 1% do patrimônio líquido da sub-amostra (posição 16 no *ranking*). Trata-se da associação realizada entre dois grupos de origem panamenha, o Panamerican e o Interamerican Financial Corp. (aqui tratados como um só grupo, para efeitos de homogeneização metodológica). Uma das duas empresas envolvidas em mudanças de controle neste grupo é a Refrigérantes Campinas S.A., empresa antes independente. A outra é a Spal Ind. Bras. Bebidas S.A. cuja mudança de controle na verdade se deve à associação entre os dois grupos, posto que em 1980 ela já pertencia ao grupo Interamerican Financial Corp.

### Considerações finais

Esta análise do processo de centralização de capitais na indústria paulista revela um quadro ambíguo: ele foi ao mesmo tempo pervasivo e limitado; agregadamente impactante e simultaneamente concentrado, do ponto de vista setorial, por origem de capital e por grupos individuais.

O peso global da centralização expressa claramente sua força: vimos que parcela considerável das empresas (14%) e de seu capital (12%) foram objeto de mudanças de controle ao longo da década de 80. O movimento como um todo, se desagregado pela natureza e origem dos capitais, apresentou também direções bem definidas:

Em primeiro lugar, o fato mais notável foi a conversão de mais de 2% de todo o patrimônio líquido da amostra (tendo sempre o ano de 1989 como referência) de blocos autônomos de capital em parte integrante da esfera cada vez mais importante dos grupos econômicos. A estes casos o conceito de centralização de capital se aplica de forma mais radical: configuram situações em que a autonomia de capitais independentes se converte em submissão à propriedade e à estratégia de outros capitais, mais amplos e poderosos porque estruturados como grupos econômicos.

Em segundo lugar, o fluxo patrimonial destes processos de centralização de capital se moveu preferencialmente em direção aos capitais privados nacionais, os de São Paulo e os demais, que obti-

veram, cada um, cerca de um terço dos volumes transacionados e a imensa maioria das empresas envolvidas. Este aspecto se combina claramente ao anterior: foram os capitais individuais a fonte mais importante destas absorções.

Em terceiro lugar, o capital público perdeu nos anos 80 o papel articulador da centralização de capital que tivera na década anterior. Sua presença, como visto, foi quase nula neste processo: as transferências entre setor público e setor privado de empresas, a formação de novas com a participação destes dois tipos de agentes, tudo isto, já havia mudado nos anos 80. Temos aqui a primeira limitação da centralização de capitais: ela se fez quase que inteiramente no setor privado, quebrando uma tradição de décadas do modelo de desenvolvimento brasileiro, que teve, desde 1930, o Estado como grande organizador dos capitais, públicos e privados. Isto não causa estranheza, posto que foi este modelo de desenvolvimento que cessou de operar na década estudada.

Por fim, cabe frisar que a análise aqui realizada confirma o que já havia sido constatado em momentos anteriores desta pesquisa: o capital estrangeiro, apesar de sua boa performance, medida pelos indicadores contábeis-financeiros<sup>11</sup>, mostrou um crescente desinteresse pela economia paulista. Isto se evidenciou aqui pela diminuição líquida de empresas e capitais multinacionais em função dos processos de centralização de capital.

A desagregação por origem de capital revela ainda que a hierarquia de capitais, que é determinada em boa medida por esta origem, foi respeitada em todo este processo. As mudanças de controle se deram principalmente entre capitais do mesmo tipo: exceção feita aos blocos autônomos de capital, que em geral se mostraram os alvos preferenciais das tomadas de controle, os capitais paulistas, brasileiros e estrangeiros foram buscar primeiramente entre seus pares as empresas que julgaram convenientes absorver.

Por tudo isto que foi mostrado em termos agregados, pode-se dizer que a centralização de capital foi ampla, operando sobre a estrutura capitalista como um todo, favorecendo agregadamente os capitais privados nacionais constituídos enquanto grupos econômicos. Por outro lado, a análise setorial e o exame sobre os grupos participantes do processo de centralização revela um aspecto contrário: a centralização foi limitada, concentrada.

Do ponto de vista setorial, vimos que em poucos deles a centralização teve um impacto significativo. Construção civil, papel e celulose, produtos alimentares, química e eletrodomésticos concentram metade de todo o movimento de capitais. Nos demais setores pode-se estimar que o impacto da centralização tenha sido bastante diminuto.

A desagregação por grupos mostrou que alguns deles cresceram na década impulsionados fortemente pela centralização. No caso do maior grupo privado nacional, Votorantim, a absorção de empresas foi significativa não só do ponto de vista contábil (quase um quinto de seu patrimônio líquido em 1989 foi produto das absorções realizadas na década) mas também na qualidade de seu crescimento: a centralização lhe permitiu fortalecer áreas de especialização já consolidadas e avançar para outras, onde não estava presente. Para outros grupos, como Itamarati e Odebrecht, a centralização viabilizou a penetração no principal mercado do país, São Paulo. Para outros ainda, como Ferruzzi, permitiu o ingresso no país, através de aquisições em segmentos importantes da indústria brasileira, no caso, o setor de alimentos.

Por outro lado, a análise mostrou que, para a maioria dos grupos, a centralização não teve nem uma fração desta importância. Para a imensa maioria destes, a centralização se resumiu à aquisição de apenas uma empresa, sugerindo que não se tratou de uma estratégia deliberada de crescimento externo. Dito de outro modo, um terço do capital transacionado neste processo foi incorporado ao patrimônio de apenas 12 grupos, cabendo aos demais, em número superior a uma centena, parcelas muito pequenas deste fluxo de capitais.

Como conclusão geral, fica a certeza de que este objeto precisa ser ainda melhor investigado. Temos aqui obviamente uma via de acesso privilegiada para entender os movimentos do capital na economia brasileira: sendo o capital uma forma específica de propriedade, as transformações operadas em seu âmbito são um indicador fundamental para entender as mudanças que ocorrem no plano do poder econômico.

Neste sentido, é urgente estudar os processos de centralização de capital que estão ocorrendo nos anos 90. Embora sem nenhuma base empírica similar à que acabamos de analisar, a impressão que se tem é que o quadro atual é bastante diferente

deste mostrado para a década passada. Para mencionar apenas dois fenômenos bastante conhecidos:

De um lado, as privatizações operadas no âmbito federal recolocaram o Estado no centro do processo de centralização, só que agora com um sentido diferente. O Estado ao se retirar de atividades produtivas está ensejando fortes processos de concentração e centralização de capital na siderurgia, química etc.

De outro lado, o ingresso maciço de capital estrangeiro está provocando uma nova onda de centralização com desnacionalização. Em setores como produtos alimentares, por exemplo, diversas multinacionais estão virtualmente mudando a face da estrutura industrial através da aquisição acelerada de indústrias menores (laticínios, panifícios etc.), muitas sob controle nacional e individual, que estão sendo incorporadas ao circuito dos grupos econômicos estrangeiros.

#### Bibliografia

- ALMEIDA, JÚLIO SÉRGIO GOMES & NOVAIS, LUÍS FERNANDO (1991) *A Empresa Líder na Economia Brasileira (Ajuste Patrimonial e Tendências de "Mark-Up" - 1984/89)*. São Paulo, IESP/Fundap, Textos para Discussão, ano 6(2), 60 pp. CEBRAP (1988)
- Estudo sobre as condições e as estruturas de poder no Nordeste pós-Sudene (Relatório Final de Pesquisa). *São Paulo, Cebap, 2 vols. CEBRAP (1992) Estruturas de Poder Econômico na Indústria de São Paulo (Relatório Final de Pesquisa)*. São Paulo, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), 3 vols.
- CHEVALIER, JEAN MARIE (1979) *La Economía Industrial en Cuestión*. Madrid, H. Blume Ediciones, 231 pp
- COMIN, A., OLIVEIRA, F., SARAIVA, F.M., LINO, H.F.C (1994) "Crise e Concentração: a dinâmica da indústria de São Paulo", In *Novos Estudos Cebap*, (39), Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), São Paulo, pp. 149/171.
- EVANS, PETER (1982) *A Tríplice Aliança (As multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro)*. 2ª ed, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- GONÇALVES, REINALDO (1991) "Grupos econômicos: uma análise conceitual e teórica", In *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 45(4), pp. 489-656.
- GROU, PIERRE (1983) *La Structure Financière du Capitalisme Multinational*. Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 273 pp.
- HOLANDA FILHO, SÉRGIO BUARQUE (1983) *Estrutura Industrial no Brasil: concentração e diversificação*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES.
- IESP/FUNDAP (1988) *Financiamento e Desempenho Corrente das Empresas Privadas e Estatais*. São Paulo, IESP/Fundap, Relatórios de Pesquisa, 3, 198 pp.
- PORTUGAL, JOSÉ GERALDO (COORD.) ET ALII (1994) *Grupos Econômicos (Expressão institucional da unidade empresarial contemporânea)*. S.Paulo, Fundap/IESP (Estudos de Economia do Setor Público, 2).
- OLIVEIRA, FRANCISCO DE (1990) "A metamorfose da amibaça". *Novos Estudos Cebap*, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), São Paulo, (27), pp. 67-92.

181/212.

<sup>1</sup> Em particular COMIN ET ALII (1994), que sintetiza os principais resultados. V. também OLIVEIRA (1988).

<sup>2</sup> O único estudo que conhecemos sobre a centralização de capitais na economia brasileira é VELASCO E CRUZ (1981). Estudos mais amplos sobre a economia industrial a nível mundial, tais como os de GROU (1983) e CHEVALIER (1979), tocam na questão, sem contudo examiná-la de forma sistemática.

<sup>3</sup> Uma discussão mais elaborada do autor sobre o conceito e as principais abordagens teóricas sobre o tema, no Brasil e no exterior, se encontram em PORTUGAL ET ALII (1994). V. também GONÇALVES (1991) e GROU (1983).

<sup>4</sup> A expressão bloco de capital é usada aqui apenas no sentido genérico de um determinado montante de capital que se encontra sob controle de uma mesma pessoa (ou grupo de pessoas) ou instituição (pública ou privada). Engloba tanto os grupos econômicos (quando for possível determinar claramente suas fronteiras) quanto as empresas individuais que, neste caso, se identificam elas próprias com o bloco de capital que expressam juridicamente.

<sup>5</sup> O crescimento de capital é sempre um processo de concentração absoluta de capital, isto é, aumento (real) no capital de uma empresa ou grupo. Pode se dar de dois modos: crescimento interno mediante o investimento de capital próprio ou de terceiros em novas instalações; ou crescimento externo através da fusão ou aquisição de empresas e/ou instalações e meios de produção já em funcionamento, isto é, por meio da centralização de capital, examinada a seguir. A respeito das estratégias de crescimento externo e interno, V. CHEVALIER (1979:178).

<sup>6</sup> Uma fusão é essencialmente a união de duas ou mais empresas antes independentes em uma única. A aquisição é o nome genérico para qualquer tipo de compra de empresas. Outras expressões aparecem também na literatura sobre o tema e no mundo dos negócios: uma incorporação é um tipo de fusão que é realizada sem o pleno acordo da empresa que é objeto da aquisição. Pode se falar ainda de uma absorção, que é um modo de realizar uma fusão, de modo paulatino, mediante compra das ações em bolsa, tendo início com uma posição minoritária. O tipo de informação de que dispomos não permite distinguir estas nuances; por isso as mudanças de controle serão aqui interpretadas genericamente como processos de aquisições de uma empresa por um determinado grupo.

<sup>7</sup> A elevação da rentabilidade e dos *mark-ups* das empresas líderes pode ser constatada em IESP/FUNDAP (1988) e ALMEIDA & NOVAIS (1991). Nossa pesquisa (CEBRAP 1988 e 1992) mostra claramente os elevados níveis de concentração para a economia paulista, com destaque para a crescente importância dos grandes grupos econômicos no topo da hierarquia de capitais. HOLANDA FILHO (1983:100) revela que vários setores importantes da indústria brasileira são bastante concentrados numa comparação com outros países.

<sup>8</sup> Sobre este assunto, V. EVANS (1982).

<sup>9</sup> Em 1980, as três estavam unidas em um grupo chamado Rilis, cujo controle já era então compartilhado pelos três grupos familiares, ainda que aparecesse na amostra como sendo um grupo paulista. A mudança de tipo, de paulista para compartilhado, é portanto apenas de forma.

<sup>10</sup> A quinta posição coube ao Estado de São Paulo, devido à atualização da Comgás, assunto já discutido.

<sup>11</sup> V., em particular, COMIN ET ALII (1994:162). V. também IESP/FUNDAP (1988) e ALMEIDA & NOVAIS (1991).